



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A SPTE é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km: 244

Tensão em kV: 500/138

Subestações próprias/acessadas: 2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 46.455.688 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R\$ 44.387.981 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	3,09	2,76
• Liquidez corrente	3,27	2,90
• Relação patrimônio líquido/ativo	67,62%	63,74%
• Relação passivo não circulante/Ativo	25,86%	29,93%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	6,78%	2,28%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	11,87%	12,75%
Ativos totais - R\$	345.308.877	343.381.816
Lucro líquido do exercício - R\$	15.821.034	4.991.516

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais inovações nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ativo			(reapresentado)	(reapresentado)	Passivo			(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.428.486	17.655.383	11.484.062	Fornecedores - terceiros		577.031	457.646	258.062
Concessionárias e permissionárias	7	4.404.950	4.260.313	4.286.558	Fornecedores - partes relacionadas	21	591.646	486.503	410.220
Contas a receber - partes relacionadas	21	1.093.592	789.550	1.052.883	Empréstimos - partes relacionadas	9	16.837.483	16.219.119	13.898.628
Estoques		3.757.685	3.757.685	2.963.907	Impostos e contribuições sociais	10	1.164.481	1.010.857	1.078.635
Adiantamento a fornecedores		456.094	452.805	457.717	Taxas regulamentares	11	2.023.018	2.123.358	1.884.382
Impostos a recuperar		-	3.831	143.425	Dividendos propostos		187.023	47.416	-
Ativo de contrato	8	37.977.646	35.653.818	33.636.316	Outros passivos circulantes		1.119.875	1.380.581	1.438.458
Outros ativos circulantes		369.424	603.698	269.276			22.500.557	21.725.480	18.968.385
		73.487.875	63.077.083	54.294.144	Passivo não circulante				
Ativo não circulante					Empréstimos - partes relacionadas	9	65.562.407	79.118.478	81.233.304
Ativo de contrato	8	271.063.370	279.795.770	282.423.706	Provisão para contingência	12	-	-	213.358
Outros ativos não circulantes		20.254	13.559	13.558	Impostos diferidos	13	21.161.551	21.229.459	20.695.363
Imobilizado		728.962	474.364	551.148	Outros passivos não circulantes		2.587.977	2.423.856	2.265.367
Intangível		8.416	21.040	33.664			89.311.935	102.771.793	104.407.392
		271.821.002	280.304.733	283.022.076	Patrimônio líquido	14			
Total do ativo		345.308.877	343.381.816	337.316.220	Capital social		195.300.000	195.300.000	195.300.000
					Reserva legal		1.040.628	249.576	-
					Reserva de lucros		18.515.314	4.694.524	18.640.443
					Reserva especial de lucros a realizar		18.640.443	18.640.443	-
							233.496.385	218.884.543	213.940.443
					Total do passivo e do patrimônio líquido		345.308.877	343.381.816	337.316.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	15	37.023.074	43.527.882
Custo da operação	16	(5.838.069)	(12.689.803)
Lucro bruto		31.185.005	30.838.079
Despesas gerais e administrativas	17	(4.637.626)	(4.148.740)
Outras receitas operacionais líquidas		1.170.214	1.227.501
Lucro antes do resultado financeiro		27.717.593	27.916.840
Resultado financeiro	18	(9.595.475)	(20.764.013)
Receita financeira		20.020.716	19.304.090
Despesa financeira		(29.616.191)	(40.068.103)
Resultado antes dos impostos		18.122.118	7.152.827
Imposto de renda e contribuição social	19	(2.301.084)	(2.161.311)
Lucro líquido do exercício		15.821.034	4.991.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)			
		31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício		15.821.034	4.991.516
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes		15.821.034	4.991.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)			
		31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			(reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos		18.122.118	7.152.827
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	11	278.931	215.292.231
Depreciação e amortização		(60.267)	113.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.412)	137.796
Provisão para contingências		-	(213.358)
Atualização monetária		144.121	158.490
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(135.226)	(111.551)
Contas a receber - partes relacionadas		(304.042)	263.333
Ativo de contrato		6.408.575	610.434
Estoques		-	(793.778)
Impostos a recuperar		3.831	139.594
Adiantamentos a fornecedores		(3.289)	4.912
Outros ativos		127.576	(234.423)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(1.544.538)	275.868
Tributos e contribuições sociais		(583.942)	(363.244)
Impostos pagos		(1.631.423)	(1.331.749)
Juros pagos		(5.367.205)	(5.408.049)
Taxas regulamentares		(100.340)	238.976
Outros passivos		(260.706)	(57.878)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		26.084.762	22.173.983
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(181.708)	(24.144)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(181.708)	(24.144)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos		(17.060.364)	(15.978.518)
Dividendos pagos		(1.069.588)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(18.129.952)	(15.978.518)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		7.773.102	6.171.321
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		17.655.383	11.484.062
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25.428.486	17.655.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuada nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a uma satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas,

continua

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros/Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	195.300.000	-	18.640.443	-	-	213.940.443
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.991.516	4.991.516
Constituição da reserva legal	-	249.576	-	-	(249.576)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	4.694.524	(4.694.524)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	(47.416)	(47.416)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	195.300.000	249.576	18.640.443	4.694.524	15.821.034	218.884.543
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.821.034	15.821.034
Constituição da reserva legal	-	791.052	-	-	(791.052)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	14.879.682	(14.879.682)	-
Dividendos pagos	-	-	-	(1.058.892)	-	(1.058.892)
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	-	-	-	-	(150.300)	(150.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	195.300.000	1.040.628	18.640.443	18.515.314	-	233.496.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km. b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R\$17.000.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 44.387.981 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 46.455.688 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas revidoras e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentando arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determin



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		17.655.383	-	17.655.383
Ativo de contrato	(i)	35.895.189	(241.371)	35.653.818
Demais ativos circulantes				
não impactados		9.767.882	-	9.767.882
		63.318.454	(241.371)	63.077.083
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	301.233.693	(21.437.923)	279.795.770
Demais ativos não circulantes				
não impactados		508.963	-	508.963
		301.742.656	(21.437.923)	280.304.733
		365.061.110	(21.679.294)	343.381.816
Total do ativo				
Ref.				
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		16.219.119	-	16.219.119
Dividendos propostos	(iii)	10.694	36.722	47.416
Demais passivos circulantes				
não impactados		5.458.945	-	5.458.945
		21.688.758	36.722	21.725.480
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		79.118.478	-	79.118.478
Impostos diferidos	(ii)	2.924.050	18.305.409	21.229.459
Demais passivos não circulantes				
não impactados		2.423.856	-	2.423.856
		84.466.384	18.305.409	102.771.793
Patrimônio líquido				
Capital social		195.300.000	-	195.300.000
Reserva legal	(i) e (ii)	56.294	193.282	249.576
Reserva de lucros	(i) e (ii)	1.058.892	3.635.632	4.694.524
Reserva especial de lucros a realizar	(i) e (ii)	62.490.782	(43.850.339)	18.640.443
		258.905.968	(40.021.425)	218.884.543
Total do passivo e do patrimônio líquido		365.061.110	(21.679.294)	343.381.816
Demonstração do resultado				
Ref.				
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	39.217.572	4.310.310	43.527.882
Outros		(36.375.055)	-	(36.375.055)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(1.716.637)	(444.674)	(2.161.311)
		1.125.880	3.865.636	4.991.516
Lucro líquido do exercício				
Demonstração do resultado abrangente				
Ref.				
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	1.125.880	3.865.636	4.991.516
Total de resultados abrangentes		1.125.880	3.865.636	4.991.516
Demonstração do fluxo de caixa				
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		2.842.517	4.310.310	7.152.827
Itens de resultado que não afetam o caixa		21.788.711	-	21.788.711
(Aumento) redução nos ativos		4.311.377	(4.432.855)	(121.478)
Aumento (redução) nos passivos		(6.768.622)	122.545	(6.646.077)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		22.173.983	-	22.173.983
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(24.144)	-	(24.144)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(15.978.518)	-	(15.978.518)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		6.171.321	-	6.171.321

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.484.062	-	11.484.062
Ativo de contrato	(i)	27.808.668	5.827.648	33.636.316
Demais ativos circulantes não impactados		9.173.766	-	9.173.766
		48.466.496	5.827.648	54.294.144
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	245.951.251	36.472.455	282.423.706
Demais ativos não circulantes não impactados		598.370	-	598.370
		246.549.621	36.472.455	283.022.076
		295.016.117	42.300.103	337.316.220
Total do ativo				
Ref.				
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		13.898.628	-	13.898.628
Demais passivos circulantes não impactados		5.069.757	-	5.069.757
		18.968.385	-	18.968.385
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		81.233.304	-	81.233.304
Impostos diferidos	(ii)	850.076	19.845.287	20.695.363
Demais passivos não circulantes não impactados		2.478.725	-	2.478.725
		84.562.105	19.845.287	104.407.392
Patrimônio líquido				
Capital social		195.300.000	-	195.300.000
Reserva de lucros	(i) e (ii)	-	18.640.443	18.640.443
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(3.814.373)	3.814.373	-
		191.485.627	22.454.816	213.940.443
Total do passivo e do patrimônio líquido		295.016.117	42.300.103	337.316.220

(i) Ajustes para correção de erro na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com ou com dois tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêm a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	2.036	171	-
Bancos	404.236	250.050	288.440
Aplicações financeiras	25.022.214	17.405.162	11.195.622
	25.428.486	17.655.383	11.484.062

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	3.971.221	3.928.180	3.809.649
Vencidas até 30 dias	15.892	17.229	1.360
Vencidas até 60 dias	5.698	6.222	35.982
Vencidas até 90 dias	3.802	2.785	938
Vencidas há mais de 90 dias	432.498	339.470	609.996
	4.429.111	4.293.886	4.457.925
(-) PCLD	(24.161)	(33.573)	(171.368)
	4.404.950	4.260.313	4.286.558

Em função do giro das contas a receber em curto prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2018:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(33.573)	(171.368)	(54.275)
Reversão	9.412	137.795	-
Adição	-	-	(117.093)
Saldo em 31 de dezembro	(24.161)	(33.573)	(171.368)

8. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Circulante	37.977.644	35.653.818	33.636.316
Não circulante	271.063.370	279.795.770	282.423.706
	309.041.014	315.449.588	316.060.022

9. EMPRÉSTIMOS

Descrição	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019		
				31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
a) Total da dívida:						
State Grid International Development Limited (SGID)	dez/13	set/24	N/A			



SERRA PARACATU

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas. Em 2019, a Companhia não possui processos com expectativa de perda provável.

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	-	-	194.433
Fiscal	-	-	18.925
			213.358

Contingências possíveis (não provisionadas): A Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Impostos diferidos passivos (i)	21.161.551	21.229.459	20.695.363
	21.161.551	21.229.459	20.695.363

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 195.300.000, dividido em 195.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Dividendos:** As acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	15.821.034	4.991.516	4.991.516
Reserva legal (5%)	(791.052)	(249.576)	(249.576)
Base de cálculo para os dividendos	15.029.982	4.741.940	4.741.940
Dividendo mínimo obrigatório	150.300	47.416	47.416

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional bruta	40.304.840	47.076.400	47.076.400
Receita de operação e manutenção	11.621.123	11.221.275	11.221.275
Remuneração dos ativos de contrato	28.924.503	29.279.941	29.279.941
Receita de construção	-	7.713.797	7.713.797
Outras receitas	(240.786)	(1.138.613)	(1.138.613)
Deduções da receita operacional	(3.281.766)	(3.548.518)	(3.548.518)
PIS	(262.099)	(306.036)	(306.036)
COFINS	(1.209.689)	(1.412.476)	(1.412.476)
RGR	(1.202.690)	(1.272.588)	(1.272.588)
P&D	(166.871)	(154.486)	(154.486)
TFSEE	(440.417)	(402.932)	(402.932)
	37.023.074	43.527.882	43.527.882

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Pessoal	(3.144.130)	(3.217.807)	(3.217.807)
Material	(142.143)	(65.628)	(65.628)
Serviços de terceiros	(980.695)	(882.295)	(882.295)
Custo de construção (i)	-	(7.713.797)	(7.713.797)
Custo de operação e manutenção	(1.255.145)	(393.032)	(393.032)
Gastos diversos	(109.996)	(163.664)	(163.664)
Outros	(205.960)	(253.580)	(253.580)
	(5.838.069)	(12.689.803)	(12.689.803)

(i) Valor refere-se a projetos encerrados da SE Piraporã II.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Pessoal	(2.923.147)	(2.967.373)	(2.967.373)
Administradores	(598.096)	(612.202)	(612.202)
Material	(60.669)	(26.547)	(26.547)
Serviços de terceiros	(659.316)	(558.289)	(558.289)
Arrendamentos e aluguéis	(134.455)	(117.763)	(117.763)
Provisões/reversão	4.241	351.154	351.154
Tributos	(3.914)	(2.315)	(2.315)
Outras	(262.270)	(215.405)	(215.405)
	(4.637.626)	(4.148.740)	(4.148.740)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita financeira	20.020.716	19.304.090	19.304.090
Receitas de aplicações financeiras	1.692.832	1.029.286	1.029.286
Variações cambiais ativas	18.127.183	18.193.533	18.193.533
Outras receitas financeiras	200.701	81.271	81.271
Despesa financeira	(29.616.191)	(40.068.103)	(40.068.103)
Variáveis cambiais passivas	(22.528.100)	(34.659.720)	(34.659.720)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(6.878.014)	(5.126.044)	(5.126.044)
Outras despesas financeiras	(210.077)	(282.339)	(282.339)
	(9.595.475)	(20.764.013)	(20.764.013)

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receitas brutas	41.682.670	48.730.279	48.730.279
Base de cálculo (8%)	3.334.614	3.898.422	3.898.422
Outras receitas	1.893.687	1.145.107	1.145.107
Base de cálculo	5.228.300	5.043.530	5.043.530
IR devido	(1.426.751)	(1.160.244)	(1.160.244)
(+) IR diferido/Outros	(115.399)	(267.240)	(267.240)
Total de IRPJ	(1.542.149)	(1.427.484)	(1.427.484)
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receitas brutas	41.682.670	48.730.279	48.730.279
Base de cálculo (12%)	5.001.920	5.847.633	5.847.633
Outras receitas	1.893.687	1.145.107	1.145.107
Base de cálculo	6.895.607	6.992.741	6.992.741
CSLL devida	(696.619)	(589.517)	(589.517)
(+) CSLL diferido / Outros	(62.315)	(144.310)	(144.310)
Total de CSLL	(758.934)	(733.826)	(733.826)
Total de IRPJ/CSLL	(2.301.083)	(2.161.310)	(2.161.310)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.428.486	17.655.383	11.484.062
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	21	1.093.592	789.550	1.052.883
Concessionárias e permissionárias	7	4.404.950	4.260.313	4.286.558
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Empréstimos - partes relacionadas	9	82.399.890	95.337.597	95.131.932
Fornecedores - terceiros	-	577.031	457.646	258.062
Fornecedores - partes relacionadas	21	591.646	486.503	410.220

20.2. Gestão de risco:

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras,

principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cambial que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	5%
Empréstimos	82.399.890	(3.698.600)	3.877.849

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
21.1. Ativo	1.093.592	789.550	1.052.883
Contas a receber - partes relacionadas	1.093.592	789.550	954.862
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	-	20.000	98.021
Outros	-	20.000	98.021
21.2. Passivo	82.991.536	95.824.100	95.542.152
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	82.991.536	95.824.100	95.542.152
Aluguel (ii)	10.327	9.838	9.034
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	581.319	476.665	401.186
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	82.399.890	95.337.597	95.131.932
21.3. Resultado	6.204.991	(3.846.672)	(3.846.672)
Resultado - partes relacionadas	6.204.991	(3.846.672)	(3.846.672)
Despesa aluguel (ii)	(120.015)	(111.624)	(111.624)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	793.038	1.390.996	1.390.996
Despesa de juros de empréstimo	(6.878.014)	(5.126.044)	(5.126.044)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	132.364.488	132.364.488
Veículos	Carros	209.506	155.956
		142.573.994	142.520.442

DIRETORIA		
Ramon Sade Haddad Diretor Presidente	Jorge Raul Bauer Diretor	Mariana de Oliveira Barbosa Controladora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.